

002. PROVA OBJETIVA

AGENTE UNIVERSITÁRIO PROFISSIONAL

ADVOGADO

(OPÇÕES: 002 A 004)

- Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 40 questões objetivas, o caderno de prova dissertativa e o caderno de prova prática (peça processual).
- Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição deste caderno.
- Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- A duração das provas objetiva, dissertativa e prática (peça processual) é de 5 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição das respostas definitivas e do texto definitivo.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 4 horas do início das provas.
- Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue suas provas e assine o termo respectivo.
- Ao sair, você entregará ao fiscal o caderno de prova dissertativa, o caderno de prova prática (peça processual), a folha de respostas e este caderno.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de **01** a **05**:

Desconectados

Cerca de 18 milhões de brasileiros, ou 9,5% da população acima de 10 anos, não tinham acesso à internet em 2025, de acordo com o módulo de tecnologia da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do IBGE.

É um contingente espantoso dado o papel central da internet no acesso a serviços públicos, financeiros e educacionais. Isso sem contar o fato de que há um amplo mercado de trabalho organizado em torno da integração digital, como o de motoristas de serviços de aplicativos e de entregas.

Embora o preço seja um entrave ao acesso para 25,9% dos 4 milhões de domicílios brasileiros “desconectados”, a principal razão para a falta de conexão digital não é financeira. Em 36,5% dos domicílios sem acesso digital, nenhum morador sabia usar a internet, um verdadeiro descalabro.

O analfabetismo digital custa caro ao Brasil, impedindo que o País saia da armadilha da baixa produtividade. A internet não é apenas uma ferramenta de trabalho cada vez mais relevante, mas um meio essencial para a redução de trâmites burocráticos, para agilizar a comunicação e para franquear acesso à educação e à saúde, entre outras finalidades.

Durante o necessário período de isolamento social provocado pela pandemia de covid-19, por exemplo, foi a internet que permitiu interações humanas e de trabalho. Graças a ela, crianças não perderam o ano escolar por completo e empresas continuaram produzindo, o que impediu uma depressão econômica ainda maior do que a que se viu no período de 2020/2021.

Por tudo isso, urge que o País trabalhe para democratizar ainda mais o acesso e para educar sua população a utilizar os meios digitais.

Instrumento de desenvolvimento e inserção, o acesso à internet precisa não só ser acelerado, mas também dominado pela população brasileira, tão carente de oportunidades e cada vez mais na retaguarda de indicadores globais de educação e de competitividade.

(Editorial. <https://www.estadao.com.br/opiniaio>, 13.07.2026. Adaptado)

01. De acordo com o editorial, a desconexão a que estão expostos 18 milhões de brasileiros deve ser vista como

- (A) percurso pessoal que tende a ser alterado muito em breve, pela visão positiva que os cidadãos têm em relação à tecnologia; e como incremento à profissionalização, caso seja mantida.
- (B) opção pessoal responsável por democratizar a forma como os cidadãos desejam estabelecer as suas relações humanas; e como restrição de acesso a novas oportunidades.
- (C) forma pessoal de viver no mundo contemporâneo, da qual resulta escassez de oportunidades para o cidadão interagir com seus semelhantes; e como forma de garantia de emprego.
- (D) reação pessoal à imposição de interações pautadas exclusivamente pela tecnologia, ainda que mais rápidas; e como desafio ao cidadão para descobrir possibilidades de emprego.
- (E) atraso pessoal, por eliminar as chances de um cidadão de estudar, trabalhar e estabelecer interações humanas; e como atraso nacional, por impactar na produtividade do país.

02. De acordo com o editorial, o fator decisivo para a ausência de conexão digital dos cidadãos é a

- (A) insatisfação com a internet após a pandemia.
- (B) indisponibilidade de internet onde moram.
- (C) impossibilidade financeira de custeá-la.
- (D) incapacidade para a utilização da internet.
- (E) inaptidão para os estudos e a competitividade.

03. Considere as passagens:

- É um **contingente** espantoso dado o papel central da internet no acesso a serviços públicos, financeiros e educacionais. (2º parágrafo)
- Embora o preço seja um **entrave** ao acesso para 25,9% dos 4 milhões de domicílios brasileiros “desconectados”... (3º parágrafo)
- A internet não é apenas uma ferramenta de trabalho cada vez mais relevante, mas um **meio** essencial para a redução de **trâmites** burocráticos... (4º parágrafo)

No contexto em que estão empregados, os termos destacados significam, correta e respectivamente:

- (A) valor; empecilho; método; imposições.
- (B) grupo; dificultador; recurso; especulações.
- (C) número; obstáculo; expediente; procedimentos.
- (D) quinhão; detalhe; metade; cumprimentos.
- (E) conjunto; privilégio; modo; obrigações.

04. Assinale a alternativa em que o termo destacado está empregado em sentido próprio.

- (A) É um contingente espantoso dado o papel **central** da internet no acesso a serviços públicos, financeiros e educacionais. (2º parágrafo)
- (B) Em 36,5% dos **domicílios** sem acesso digital, nenhum morador sabia usar a internet, um verdadeiro descalabro. (3º parágrafo)
- (C) O analfabetismo digital custa caro ao Brasil, impedindo que o País saia da **armadilha** da baixa produtividade. (4º parágrafo)
- (D) A internet não é apenas uma **ferramenta** de trabalho cada vez mais relevante, mas um meio essencial... (4º parágrafo)
- (E) ... o acesso à internet precisa não só ser acelerado, mas também **dominado** pela população brasileira, tão carente... (7º parágrafo)

05. Assinale a alternativa em que a lacuna da frase deve ser preenchida com “à”, de acordo com a norma-padrão.

- (A) O analfabetismo digital custa caro ____ nação, impedindo que o País saia da armadilha da baixa produtividade.
- (B) A internet tem papel central no acesso ____ uma gama de serviços públicos, financeiros e educacionais.
- (C) A população brasileira, carente de oportunidades, precisa dominar ____ internet para garantir sua inserção digital.
- (D) Durante o isolamento social provocado, as pessoas começaram ____ usar mais a internet para estudo e trabalho.
- (E) No que diz respeito ____ trâmites burocráticos, a internet é um meio relevante que permite diminuí-los.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

06. No primeiro mês do ano, um pequeno empreendedor distribuiu igualmente entre dois funcionários um bônus de B reais. No segundo mês, um outro bônus de B reais foi distribuído igualmente entre três funcionários: os dois funcionários anteriores e mais um outro funcionário.

No terceiro mês, outro bônus de B reais foi distribuído igualmente entre cinco funcionários, sendo os três que receberam bônus no segundo mês e mais dois funcionários.

Considerando o valor total recebido por um dos funcionários que recebeu o bônus nos três meses, e o valor total recebido pelo funcionário que recebeu o bônus em apenas dois meses, em relação a esses dois valores totais, é correto afirmar que

- (A) sua soma é menor do que B reais.
- (B) o maior não excede o menor em mais do que a metade de B reais.
- (C) sua soma é $\frac{17B}{30}$ reais a mais do que o dobro de B reais.
- (D) um deles é $\frac{8B}{15}$ reais a menos do que o outro.
- (E) sua soma é $\frac{3B}{2}$ reais.

07. Observe a sequência de preços de um produto:

- Preço 1: X
- Preço 2: aumento de 80% em relação ao preço 1.
- Preço 3: aumento de 80% em relação ao preço 2.

Sabe-se que a diferença entre o preço 2 e o preço 1 é de R\$ 19,20. A diferença entre o preço 3 e o preço 2 é igual a

- (A) R\$ 19,20.
- (B) R\$ 34,56.
- (C) R\$ 38,40.
- (D) R\$ 38,88.
- (E) R\$ 43,20.

08. No primeiro turno de um campeonato de futebol, a razão entre o número de gols marcados e o número de gols sofridos por uma equipe foi $\frac{15}{4}$ e o saldo de gols (diferença entre gols marcados e gols sofridos) foi de 33 gols. Já no segundo turno, essa razão foi igual a $\frac{5}{2}$ e o saldo de gols foi de 21 gols.

Considerando esses dois turnos do campeonato, o número total de gols sofridos por essa equipe foi igual a

- (A) 12.
- (B) 14.
- (C) 18.
- (D) 22.
- (E) 26.

09. Assinale a alternativa que indica uma afirmação que corresponda à uma negação lógica da afirmação a seguir:

Se o código está correto, então o programa roda, ou, se a ideia inicial não funciona, então desistiremos desse caminho.

- (A) O código não está correto e o programa não roda e a ideia inicial funciona e não desistiremos desse caminho.
- (B) Se o código não está correto, então o programa não roda, ou, se a ideia inicial funciona, então não desistiremos desse caminho.
- (C) Se código está correto ou o programa não roda, então a ideia inicial funciona e não desistiremos desse caminho.
- (D) O código está correto e o programa não roda e a ideia inicial não funciona e não desistiremos desse caminho.
- (E) Se o programa não roda, então o código não está correto, ou, se não desistiremos desse caminho, então a ideia inicial funciona.

10. Considere a sequência numérica criada com um padrão lógico matemático:

1; 2; 1; 3; 2; 5; 4; 8; 7; 12; ...

Seja X o único elemento dessa sequência, que é igual a média aritmética simples dos elementos que ocupam as posições 14, 20 e 24.

A posição que o elemento X ocupa, nessa sequência, é

- (A) 19.
- (B) 20.
- (C) 21.
- (D) 22.
- (E) 23.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

11. Uma universidade pública estadual do Paraná instituiu uma política de reserva de vagas para estudantes oriundos de escolas públicas, com subcotas raciais e critérios de renda. Um candidato não contemplado sustenta que a política viola o princípio da igualdade, cria discriminação racial vedada pela Constituição e invade competência da União para legislar sobre diretrizes e bases da educação.

Com base na orientação do STF, assinale a alternativa correta.

- (A) A Constituição admite ações afirmativas apenas por critério social ou econômico, mas veda qualquer recorte racial, ainda que associado a outros fatores, porque o art. 5º consagra igualdade formal incompatível com classificações baseadas em raça.
- (B) A adoção de subcotas raciais por universidade estadual é inconstitucional por vício formal, pois apenas lei federal pode instituir política afirmativa em instituição pública de ensino.
- (C) A comissão de heteroidentificação é incompatível com a dignidade da pessoa humana, pois a autodeclaração racial não pode ser submetida a controle administrativo.
- (D) A ação afirmativa só seria constitucional se assegurasse vagas exclusivamente a candidatos em situação de pobreza extrema, porque a Constituição não autoriza a consideração conjunta de raça, escola de origem e renda como fatores de discriminação.
- (E) A política apenas será constitucionalmente admissível se for fundada em critérios objetivos, finalidade legítima, proporcionalidade e mecanismos de controle, já que a igualdade constitucional autoriza medidas diferenciadoras destinadas a enfrentar desigualdades historicamente produzidas.

12. O Governador do Estado do Paraná editou decreto autônomo para reorganizar órgãos estaduais e criar uma nova parcela remuneratória para determinadas carreiras. Servidores não contemplados pediram a extensão judicial da vantagem por isonomia.

Considerando essa situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- (A) O decreto é válido, pois o governador pode reorganizar a Administração Pública Estadual e instituir vantagens remuneratórias por decreto, desde que haja, em contrapartida, o cancelamento de despesas. Por outro lado, uma vez que a extensão judicial da parcela contraria a Súmula Vinculante 37, a ordem de encaminhamento do projeto de lei é válida, porque preserva a competência do Poder Legislativo.
- (B) A reorganização administrativa descrita é inconstitucional, pois a criação de parcelas remuneratórias depende de lei específica e qualquer alteração na estrutura organizacional do Poder Executivo exige lei formal.
- (C) Decreto autônomo pode instituir vantagem remuneratória, mas a extensão judicial da parcela com fundamento exclusivo na isonomia viola a Súmula Vinculante 37. O Judiciário pode, nesses casos, obrigar o governador a apresentar projeto de lei, desde que não fixe o valor da vantagem.
- (D) O governador pode, por decreto, reorganizar a Administração Pública, desde que o ato não provoque aumento de despesa nem implique criação ou extinção de órgãos públicos. Não é possível, contudo, instituir ou majorar, por ato do Poder Executivo, parcela remuneratória de carreira do funcionalismo sem fundamento em lei formal.
- (E) De acordo com a Súmula Vinculante 37, o governador pode criar vantagens remuneratórias por decreto, mas o Poder Judiciário não pode equiparar vencimentos entre carreiras distintas, caso verifique violação da isonomia entre carreiras, matéria que deve ser veiculada por lei formal, de iniciativa do chefe do Executivo.

13. Após o STF declarar, em controle concentrado, a constitucionalidade de determinada lei federal, um órgão administrativo de universidade estadual deixa de aplicá-la em processo sancionador sob o argumento de que, no caso concreto, considera a norma desproporcional e contrária a princípios constitucionais.

Com base em seus conhecimentos sobre controle de constitucionalidade, assinale a alternativa correta.

- (A) A Administração Pública pode deixar de aplicar lei declarada constitucional pelo STF se demonstrar, em processo motivado, que o caso concreto apresenta peculiaridades não examinadas na ação direta, pois o efeito vinculante alcança apenas o Poder Judiciário.
- (B) A decisão do STF em controle concentrado vincula apenas os tribunais, não atingindo órgãos administrativos estaduais ou municipais, em razão da autonomia federativa e da separação entre função jurisdicional e função administrativa.
- (C) A autoridade administrativa pode afastar lei federal declarada constitucional se entender que ela viola princípios constitucionais implícitos, pois decisões em controle concentrado não afastam a apreciação pela autoridade administrativa da constitucionalidade de normas sancionatórias no caso concreto.
- (D) A decisão do STF em controle concentrado possui eficácia contra todos e efeito vinculante em relação aos órgãos do Poder Judiciário e da Administração Pública, de modo que a autoridade administrativa não poderá afastar, no caso concreto, a aplicação de lei declarada constitucional pelo STF.
- (E) A declaração de constitucionalidade impede o controle abstrato posterior, mas não interfere na aplicação administrativa da lei, já que todo agente público tem a competência e o dever constitucional de afastar normas que considere formalmente inconstitucionais.

14. Paciente portador de doença rara requer judicialmente medicamento de elevado custo, não incorporado às políticas públicas do SUS. Embora estudos internacionais preliminares apontem resultados promissores, existe avaliação técnica da comissão competente do ente administrativo concluindo pela ausência de evidências suficientes quanto à eficácia clínica do tratamento. O autor comprova incapacidade financeira e inexistência de alternativa terapêutica disponível.

Considerando seus conhecimentos sobre o direito constitucional à saúde, assinale a alternativa correta.

- (A) O direito à saúde possui eficácia imediata, mas a concessão judicial de medicamento não incorporado ao SUS depende da observância de critérios constitucionais e técnicos, não bastando a apresentação de prescrição médica individual e a existência de estudos promissores.
- (B) O direito à saúde impõe ao Estado o dever de fornecer medicamentos prescritos por médico habilitado independentemente de registro sanitário, já que o médico é dotado de liberdade para prescrever o melhor tratamento para o paciente, podendo recusar-se a realizar atos que contrariem sua consciência e a prescrever alternativas terapêuticas disponíveis.
- (C) A existência de protocolo clínico do SUS impede a atuação do Poder Judiciário, por se tratar de matéria inserida na discricionariedade administrativa.
- (D) A ausência de incorporação administrativa do medicamento torna juridicamente impossível o pleito do paciente, ainda que estejam presentes situações excepcionais reconhecidas pela jurisprudência constitucional do STF.
- (E) Como os direitos sociais possuem natureza meramente programática, não cabe ao Judiciário apreciar pedidos individuais relacionados ao fornecimento de medicamentos.

15. À luz da Constituição Federal, assinale a alternativa correta sobre sistema remuneratório do servidor público, regime próprio de previdência social e estabilidade.

- (A) A remuneração dos servidores públicos e o subsídio, de que trata o art. 39, § 4º, podem ser fixados ou alterados por decreto, desde que haja previsão orçamentária.
- (B) O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos possui caráter facultativo e contributivo, mediante contribuição dos servidores ativos, vedada a contribuição de aposentados e pensionistas.
- (C) São estáveis após dois anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo em comissão, desde que aprovados em avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.
- (D) O servidor público estável somente poderá perder o cargo por sentença judicial transitada em julgado, não se admitindo perda do cargo por processo administrativo disciplinar ou avaliação periódica de desempenho.
- (E) O regime próprio de previdência dos servidores titulares de cargos efetivos tem caráter contributivo e solidário.

DIREITO ADMINISTRATIVO

16. Acerca do “Portal Nacional de Contratações Públicas” – PNCP, sítio eletrônico previsto na Lei de Licitações nº 14.133 de 2021, assinale a alternativa correta.

- (A) É destinado à divulgação centralizada e obrigatória de todas as contratações realizadas pelos órgãos e entidades federais, sendo de utilização facultativa para Estados e Municípios.
- (B) Constituem funcionalidades previstas no PNCP o “sistema de planejamento e gerenciamento de contratações” e o “sistema eletrônico para a realização de sessões públicas”, ambos adotados e oferecidos pelo poder executivo federal.
- (C) É destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos pela lei de licitações para os entes federais, estaduais e municipais, exceto com relação aos municípios com menos de trinta mil habitantes, que terão um período de até cinco anos, contado da data da publicação da lei, para implementação.
- (D) As universidades públicas estaduais, tendo em vista o princípio da autonomia universitária, possuem adesão facultativa ao portal nacional de contratações públicas.
- (E) É obrigatória a adesão ao PNCP pelas universidades públicas estaduais, mas é expressamente vedada a realização de contratações por meio de sistema eletrônico fornecido por pessoa jurídica de direito privado, ainda que mantida a integração com o PNCP.

17. Josefina, candidata a cargo público estadual e concorrendo às vagas destinadas a afrodescendentes, acabou reprovada no certame por comissão de heteroidentificação. Ingressou com medida judicial, visando atacar o ato administrativo.

Sobre a possibilidade de controle do ato administrativo pelo Poder Judiciário no caso mencionado, é correto afirmar, à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, que

- (A) a comissão de heteroidentificação é soberana, não podendo o Poder Judiciário exercer qualquer controle sobre sua atuação.
- (B) o Poder Judiciário pode realizar controle amplo sobre o ato administrativo, seja no tocante à legalidade, previsão de critérios objetivos no edital, motivação, devido processo legal e contraditório, bem como quanto à análise fenotípica conclusiva, podendo chegar a conclusão diversa da adotada pela comissão, aprovando a candidata.
- (C) o Poder Judiciário pode controlar a legalidade e a constitucionalidade do procedimento, inclusive a observância do edital, a motivação, o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa, sem substituir o mérito da avaliação fenotípica atribuída à comissão.
- (D) a atuação do Poder Judiciário está restrita à verificação da observância, pela comissão de heteroidentificação, da existência de critérios para a tomada da decisão final e a devida fundamentação do ato administrativo.
- (E) a comissão de heteroidentificação somente pode atuar quando existirem indícios prévios e individualizados de fraude na autodeclaração apresentada pela candidata.

18. A Lei Federal nº 14.230 de 2021 trouxe importantes modificações à Lei de Improbidade Administrativa.

Assinale a alternativa que corresponde à orientação firmada pelo Supremo Tribunal Federal a respeito do tema.

- (A) A nova legislação aplica-se aos atos anteriormente enquadrados como culposos de improbidade administrativa e praticados na vigência do texto anterior da lei, porém sem condenação transitada em julgado, devendo o juízo competente analisar eventual dolo por parte do agente.
- (B) É necessária a comprovação de responsabilidade objetiva para a tipificação dos atos de improbidade administrativa, exigindo-se no artigo 9º a presença do elemento subjetivo culpa e nos artigos 10 e 11 o elemento subjetivo dolo.
- (C) A nova legislação revogou a modalidade culposa do ato de improbidade administrativa, tendo eficácia retroativa ampla, inclusive durante o processo de execução das penas e seus incidentes.
- (D) A nova legislação revogou a modalidade culposa do ato de improbidade administrativa, mas a alteração não afeta os processos em curso relativos a atos praticados na vigência do texto anterior e ainda não julgados.
- (E) O novo regime prescricional previsto na Lei nº 14.230 de 2021, mais benéfico ao acusado, é retroativo, com aplicação imediata aos processos em curso.

19. Alípio, servidor público municipal, foi recentemente aposentado pela municipalidade sem que tivessem sido apreciados, pelo poder público, dois pedidos de implementação, em folha, de benefícios de trato sucessivo formulados há seis e onze anos, e não incluídos na aposentadoria.

Considerando-se não haver lei municipal específica tratando do tema da prescrição intercorrente no processo administrativo, com o objetivo de ingressar com medida judicial para pleitear os benefícios, diante da situação narrada, é correto afirmar que

- (A) o ato de aposentadoria configura, por si só, negativa expressa com relação às verbas objeto dos pedidos de implementação e não computadas, correndo a partir daí o prazo prescricional.
- (B) a ausência prolongada de apreciação dos pedidos pelo poder público equivale ao indeferimento, implicando na prescrição do fundo de direito, não possuindo mais o servidor direito aos dois benefícios.
- (C) o ato de aposentadoria configura, por si só, negativa tácita com relação às verbas, objeto dos pedidos de implementação, correndo a partir daí o prazo prescricional.
- (D) não ocorreu prescrição do fundo de direito, tendo em vista ausência de negativa expressa pelo poder público, em ato normativo de efeito concreto ou ato administrativo formalizado e com ciência ao servidor.
- (E) a inércia prolongada do servidor acarretou a prescrição do fundo de direito, deixando de ter direitos aos dois benefícios mencionados pelo transcurso de prazo superior a cinco anos.

20. Sobre as fundações instituídas pelo poder público, assinale a alternativa correta.

- (A) Deverão estar sujeitas integralmente ao regime jurídico de direito público, se mantidas pelo poder público e exercerem atividades econômicas.
- (B) Quando exercerem atividades econômicas, o quadro de pessoal estará sujeito ao regime celetista e seus bens serão impenhoráveis e imprescritíveis.
- (C) Se exercerem atividades econômicas ou delegáveis, seus servidores estarão amparados pela previsão de estabilidade especial do artigo 19 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1988, que considerou estáveis servidores não admitidos por concurso público.
- (D) É constitucional a criação de fundações públicas sujeitas ao regime de direito privado voltadas ao exercício de atividades típicas e essenciais do Estado, como segurança pública.
- (E) Mostra-se constitucional a constituição de fundação pública de direito privado para a prestação de serviço público de saúde.

21. Joenir é servidor público do Estado do Paraná e responde a processo administrativo disciplinar por suposta prática de ilícito administrativo. Tendo em vista que o processo administrativo ficou paralisado sem justificativa pelo período de quatro anos, Joenir sustentou a ocorrência de prescrição intercorrente.

Sobre a situação mencionada, é correto afirmar que

- (A) não ocorreu a prescrição intercorrente, uma vez que deve ser aplicado, de forma analógica, o prazo prescricional ordinário de 05 anos previsto no Decreto Federal nº 20.910 de 1932 e julgado do Tema nº 1.294 do STJ.
- (B) não ocorreu a prescrição intercorrente diante da inexistência de norma estadual sobre a matéria, e o julgado consolidado no Tema nº 1.294 do STJ afastou a aplicação do prazo previsto no Decreto Federal nº 20.910 de 1932.
- (C) ocorreu a prescrição intercorrente, pois há norma estadual expressa sobre o tema, fixando em três anos o prazo prescricional.
- (D) ocorreu a prescrição intercorrente, pois, muito embora inexistente norma estadual sobre o tema, deve-se aplicar de forma analógica o disposto na lei do processo administrativo federal que estabelece o prazo de três anos.
- (E) não há a previsão na legislação pátria, federal ou estadual, da existência de prescrição intercorrente em processo administrativo sancionador.

22. Sobre o direito às férias do servidor público efetivo, assinale a alternativa correta de acordo com a previsão da Lei Estadual nº 6.174 de 1970 (Estatuto do Servidor Público do Estado do Paraná) e atualização pela Lei Estadual nº 22.207/2024.

- (A) A remoção e a transferência do servidor durante o período de fruição das férias são duas hipóteses de interrupção obrigatória das férias, devendo o saldo remanescente reintegrar o acervo de férias do ano civil ao qual se referir.
- (B) A fruição de férias poderá ocorrer de forma integral ou parcelada, em até duas etapas não inferiores a quinze dias, desde que assim requeridas pelo servidor, observado o interesse da Administração.
- (C) A alteração da escala de férias antes do início do período de usufruto, quando se tratar de situação de licença à adotante, depende de requerimento formulado pelo servidor com antecedência mínima de dez dias do início do usufruto e indicação do novo período.
- (D) A escala de férias é programada de forma conjunta entre o servidor e sua chefia imediata e, uma vez definida, somente pode ser alterada, por solicitação da chefia imediata, antes do início do período de usufruto, quando fundada em situações emergenciais ou imperiosa necessidade de serviço.
- (E) Após o início da fruição, as férias não serão suspensas por motivo de licença ou afastamento, exceto em caso de licença-maternidade e necessidade imperiosa de serviço, devidamente justificada pela chefia imediata à unidade de recursos humanos.

23. Considere que a Universidade Estadual ABC assinou um contrato há dois anos com a Empresa Informática Ltda, que tem por objeto a prestação do serviço de assistência técnica a todos os computadores do campus, após regular processo licitatório. No entanto, John, desafeto pessoal do Reitor, impetrou uma ação popular requerendo a declaração de nulidade do referido contrato, uma vez que ofenderia o princípio da moralidade. Após a citação e o contraditório, o juiz sentenciante julgou procedente a ação, utilizando-se a mesma fundamentação do autor, limitando-se a justificar que o contrato “ofende claramente a moralidade”.

Com base na situação hipotética apresentada e no disposto na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB, é correto afirmar que o juiz

- (A) agiu corretamente, pois a sentença foi devidamente justificada, e o agente público responsável pela avença deverá responder pessoalmente pelo erro, pois é hipótese de culpa.
- (B) não poderia ter decidido com base em valores abstratos, ainda que considerasse as consequências práticas da decisão.
- (C) deveria ter indicado de modo expresso as consequências jurídicas e administrativas da invalidação do contrato.
- (D) motivou adequadamente a sentença, estando expressamente dispensado de indicar possíveis alternativas e condições para regularização do contrato.
- (E) agiu corretamente, estando expressamente dispensado de considerar as circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente que realizou a contratação.

24. Imagine que Yuri emitiu título de crédito em favor de Igor, seu melhor amigo, e, posteriormente, realizou uma doação em pagamento de bens, com o fim de quitar tal título, tudo com o objetivo de subtrair da futura partilha tais bens, pois está em vias de se divorciar da sua esposa, Mayra.

Com base na situação hipotética, é correto afirmar que o negócio jurídico está eivado de vício

- (A) de consentimento, sendo típico exemplo de simulação, pois realizou com o intuito de enganar terceira pessoa.
- (B) social, sendo típico exemplo de dolo de aproveitamento, que é sempre acordado com a outra parte.
- (C) de consentimento, sendo típico exemplo de fraude contra credores, e é nulo de pleno direito, o que pode ser reconhecido *ex officio* pelo juiz.
- (D) de consentimento, sendo típico exemplo de simulação, a qual só invalida o negócio jurídico se for considerada como maliciosa e não como inocente.
- (E) social, sendo típico exemplo de simulação, que, em regra, ocorre em negócio jurídico bilateral, mas também pode ocorrer em negócios unilaterais.

25. Considere que Júlia, imbuída do *animus donandi*, resolveu doar a sua irmã Paula uma casa e, para tanto, fixou no contrato que ela teria um prazo de 90 (noventa) dias para declarar se aceita ou não a liberalidade. Júlia também estipulou no contrato que o bem doado deve voltar ao seu patrimônio se ela sobrevier a Paula e, de antemão, renunciou ao direito de revogar a liberalidade por ingratidão da donatária.

Com base na situação hipotética, é correto afirmar que

- (A) o contrato de doação estipulado por Júlia está completamente de acordo com o Código Civil, e além do bem de natureza patrimonial, admitem-se atualmente doações sem a existência de atribuição patrimonial.
- (B) Júlia não poderia ter previsto um prazo para Paula aceitar a doação, pois a aceitação é dispensável para o aperfeiçoamento da doação, uma vez que não foi estipulado qualquer encargo para a donatária.
- (C) Júlia equivocou-se ao estabelecer o prazo de 90 (noventa) dias para que Paula aceite a doação, pois é imprescindível, sob pena de nulidade, que a aceitação seja manifestada simultaneamente à doação, não podendo ocorrer posteriormente.
- (D) Júlia errou ao renunciar antecipadamente ao direito de revogar a doação por ingratidão da donatária, uma vez que se trata de norma de ordem pública, devendo tal cláusula ser considerada como nula.
- (E) houve um equívoco de Júlia ao estipular cláusula de retorno, pois o direito à herança é norma cogente que não pode ser alterada por vontade das partes por meio de condição resolutiva expressa.

26. A respeito da Responsabilidade Civil, assinale a alternativa que está de acordo com o Código Civil.

- (A) O incapaz responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes, devendo, em tal hipótese, a indenização ser equitativa.
- (B) Os empresários individuais respondem, se devidamente demonstrada a culpa, pelos danos causados pelos produtos postos em circulação, o que se aplica diversamente quando se tratar de empresas.
- (C) Aquele que ressarcir o dano causado por outrem pode reaver o que houver pago daquele por quem pagou, inclusive se o causador do dano for descendente seu, relativamente incapaz.
- (D) O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la não se transmitem com a herança, dado o caráter personalista da reparação civil.
- (E) O credor que demandar o devedor antes de vencida a dívida, fora dos casos em que a lei o permita, ficará obrigado a descontar os juros correspondentes, ainda que devidamente estipulados, e a pagar as custas e multa por litigância de má-fé.

27. Suponha que Violeta é advogada, reside em Curitiba e, atuando em causa própria, ajuizou uma ação de reparação de danos morais em face de Bernardo, seu vizinho, na comarca de Salvador, visando, com isso, que ele fosse prejudicado no exercício do seu direito ao contraditório ou, até mesmo, declarado revel.

Com base na situação hipotética apresentada e no disposto no Código de Processo Civil, é correto afirmar que

- (A) em face da natureza do objeto da ação, admite-se que ela seja ajuizada em qualquer comarca do Brasil.
- (B) como todos os processos são atualmente digitais, não há prejuízo ao exercício do direito ao contraditório de Bernardo, sendo lícita a escolha feita por Violeta.
- (C) é hipótese de incompetência relativa, que deve ser alegada em preliminar de contestação, sob pena de ocorrer a sua prorrogação, não sendo possível seu reconhecimento de ofício.
- (D) se trata de prática abusiva que justifica a declinação da competência de ofício, uma vez que o ajuizamento da ação se deu em juízo aleatório.
- (E) é hipótese de prática abusiva, denominada de *forum shopping*, a qual é apenada com multa por litigância de má-fé, mas que não autoriza a declinação da competência de ofício, uma vez que vigora o princípio da inércia da jurisdição.

28. Considere que Jorge ajuizou uma ação de cobrança em face de Michel, requerendo o pagamento de uma dívida de quinhentos mil reais. Logo após receber a citação, o réu mudou-se para a Inglaterra, levando consigo todos os seus bens. Ao contestar o pedido, Michel, juntamente com Lúcio, propôs também reconvenção, alegando, na verdade, que Jorge e Aline, é quem devem pagar-lhe a dívida de quinhentos mil reais, em razão do descumprimento de cláusula penal inserta em contrato.

Com base na situação hipotética e no disposto no Código de Processo Civil, é correto afirmar que

- (A) a reconvenção proposta por Michel só será recebida se ele prestar caução suficiente ao pagamento das custas e dos honorários de advogado.
- (B) na reconvenção deve constar o valor da causa, o pedido deve, em regra, ser determinado, admitindo-se que seja proposta por Michel em litisconsórcio com terceiro.
- (C) para que Jorge e Aline sejam intimados da propositura da reconvenção, Michel deve prestar caução suficiente para o pagamento das custas, mas não dos honorários advocatícios.
- (D) a reconvenção proposta infringe a lei, uma vez que não se admite sua propositura contra o autor e terceiro.
- (E) a reconvenção proposta por Michel só será admitida, pois ele também ofereceu contestação, dispensando-se a apresentação de caução para o pagamento de custas.

29. Suponha que José, membro do Ministério Público, por meio de petição, requereu ao presidente do Tribunal de Justiça ABC, a instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas, uma vez que verificou efetiva repetição de processos sobre a mesma controvérsia unicamente de direito e risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica, e que, inclusive, o Superior Tribunal de Justiça já tinha afetado recurso para definição de tese sobre a questão de direito material repetitiva há um mês.

Com base na situação hipotética apresentada e no disposto no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) José equivocou-se ao requerer a instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas por meio de petição, pois deveria ter feito por meio de ofício.
- (B) José equivocou-se ao requerer a instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas, pois tal legitimidade ativa é restrita ao juiz ou relator, por ofício.
- (C) O incidente de resolução de demandas repetitivas deve ser julgado no prazo de até 2 (dois) anos e terá preferência sobre os demais feitos, ressalvados os que envolvam réu preso, os pedidos de *habeas corpus* e de mandado de segurança.
- (D) Uma vez admitido o incidente, o presidente do Tribunal de Justiça ABC suspenderá os processos pendentes, o que se aplica exclusivamente aos processos individuais que tramitam no Estado.
- (E) É incabível o incidente de resolução de demandas repetitivas, uma vez que o Superior Tribunal de Justiça, no âmbito de sua respectiva competência, já afetou recurso para definição de tese sobre questão de direito material repetitiva.

30. A respeito dos recursos, assinale a alternativa que está de acordo com o Código de Processo Civil.

- (A) O recorrente comprovará a ocorrência de feriado local no ato de interposição do recurso, e, se não o fizer, o tribunal determinará a correção do vício formal, ou poderá desconsiderá-lo caso a informação já conste do processo eletrônico.
- (B) A insuficiência no valor do preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, implicará deserção se o recorrente, intimado na pessoa de seu advogado, não vier a supri-lo no prazo de até 15 (quinze) dias.
- (C) Apesar de se admitir a aplicação da teoria da causa madura, o tribunal não pode decidir desde logo o mérito quando decretar a nulidade de sentença por falta de fundamentação, em virtude da garantia ao duplo grau de jurisdição.
- (D) Caberá agravo de instrumento contra decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação de sentença ou de cumprimento de sentença, no processo de execução, mas não no processo de inventário.
- (E) Quando manifestamente protelatórios os embargos de declaração, o juiz ou o tribunal, em decisão fundamentada, condenará o embargante a pagar ao embargado multa não excedente a cinco por cento sobre o valor atualizado da causa.

31. Suponha que Jasmine há um ano resolveu abrir uma escola voltada apenas à educação infantil denominada de Canto dos Pássaros. Ela, como gestora e responsável legal, vem enfrentando uma série de problemas: elevada quantidade de faltas dos alunos, *bullying* e até mesmo verificou a ocorrência de automutilações.

Com base na situação hipotética apresentada e no disposto na Lei Federal nº 9.394/1996, assinale a alternativa correta.

- (A) Como se trata de uma instituição de ensino que se dedica apenas à educação infantil, ainda não é obrigatório notificar o Conselho Tutelar sobre as faltas dos alunos.
- (B) Diante da ocorrência de *bullying*, Jasmine deve contratar uma psicóloga para realizar atividades exclusivamente com as crianças envolvidas nos episódios de intimidação sistemática.
- (C) Tem o dever de notificar o Ministério Público sobre a quantidade de faltas, apresentando uma lista com o nome dos alunos e respectivos responsáveis legais, quando as ausências superarem 20% do percentual permitido em lei.
- (D) Deve notificar ao Conselho Tutelar do Município as ocorrências e os dados relativos a casos de violência que envolvam seus alunos, especialmente automutilações, tentativas de suicídio e suicídios consumados.
- (E) Tem o dever legal de notificar o respectivo representante do Ministério Público com a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de 50% do percentual permitido em lei.

32. Considere que Mário tem 16 (dezesesseis) anos e foi flagrado cometendo ato infracional análogo ao crime de furto. Como era a primeira vez que ele infringia a lei, o representante do Ministério Público concluiu que seria adequado, antes de iniciado o procedimento judicial para apuração do ato infracional, conceder a remissão, e, para tanto, aplicou ao adolescente a obrigação de reparar o dano e a prestação de serviços à comunidade, por três meses, o que foi aceito por Mário.

Com base na situação hipotética apresentada e no disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, é correto afirmar que

- (A) a remissão imprópria, também denominada de ministerial, deve ser anulada, pois não se admite a cumulação de medidas socioeducativas.
- (B) não há ilicitude na cumulação das medidas socioeducativas, pois o ECA admite que na remissão extrajudicial seja imposta tanto medidas de proteção quanto socioeducativas, exceto a de liberdade assistida.
- (C) a remissão extrajudicial concedida pelo representante do Ministério Público depende de homologação judicial.
- (D) Mário tem o prazo de 30 (trinta) dias para requerer a revisão judicial das medidas aplicadas por força da remissão.
- (E) como Mário já tem 16 (dezesesseis) anos, sendo considerado relativamente incapaz, a ele não pode ser mais aplicada extrajudicialmente a remissão.

33. A respeito do Inquérito Civil e do Termo de Ajustamento de Conduta, assinale a alternativa correta.

- (A) O inquérito civil, assim como a ação civil pública, tem diversos colegitimados, é considerado como um procedimento administrativo preparatório e prescindível.
- (B) O inquérito civil deve ser instaurado mediante portaria ou resolução, sendo vedado seu início a partir de denúncia anônima.
- (C) Uma vez arquivado o inquérito civil, ele não poderá ser desarquivado, e, eventuais vícios ocorridos no procedimento administrativo maculam a ação civil pública posteriormente ajuizada.
- (D) Diferentemente do inquérito civil, o Termo de Ajustamento de Conduta é de uso exclusivo do representante do Ministério Público e deve conter obrigações certas, líquidas e exigíveis.
- (E) O Termo de Ajustamento de Conduta foi criado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e funciona como um equivalente jurisdicional, podendo ser utilizado tanto na fase anterior ao processo quanto no âmbito do processo judicial.

34. A respeito da execução da sentença e da legitimidade no processo coletivo, assinale a alternativa correta.

- (A) São devidos honorários advocatícios pela Fazenda Pública nas execuções individuais de sentença proferida em ações coletivas, ainda que não embargadas.
- (B) A execução coletiva deve ser promovida por aquele que foi autor da ação coletiva de conhecimento, sob pena de seu indeferimento liminar.
- (C) A impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados depende da autorização destes.
- (D) A entidade de classe tem legitimação para o mandado de segurança desde que a pretensão veiculada interesse pelo menos metade da respectiva categoria.
- (E) No âmbito da ação civil pública, havendo condenação em dinheiro, a indenização pelo dano causado reverterá a um fundo gerido pelo Ministério Público Federal ou Estadual, a depender de onde tramita a ação.

35. Acerca do conceito, da autonomia, das fontes, dos princípios e dos institutos da renúncia e da transação no Direito do Trabalho, assinale a alternativa correta.

- (A) A hierarquia das fontes formais heterônomas do Direito do Trabalho é sempre fixa e piramidal, prevalecendo a Constituição sobre a lei, esta sobre as convenções coletivas, e estas sobre os regulamentos internos de empresa, não se admitindo a inversão dessa ordem.
- (B) O princípio da norma mais favorável constitui critério de solução de antinomias exclusivo do plano da criação normativa (*in dubio pro operário*), não se aplicando à hierarquização das fontes, de modo que, havendo conflito entre lei e norma coletiva, prevalecerá sempre a lei, por força do princípio da legalidade estrita que informa todo o Direito do Trabalho.
- (C) A renúncia consiste em ato unilateral pelo qual o titular do direito dele abre mão voluntariamente, sem contrapartida, sendo, como regra, admitida no Direito do Trabalho em relação a direitos patrimoniais disponíveis mesmo no curso do contrato de trabalho, em decorrência do princípio da autonomia da vontade, que rege as relações trabalhistas da mesma forma que rege as relações civis.
- (D) A transação, diferentemente da renúncia, é ato bilateral pelo qual as partes, mediante concessões recíprocas, extinguem obrigações litigiosas ou duvidosas; no Direito do Trabalho é admitida especialmente após a extinção do contrato ou no âmbito de acordos judiciais e extrajudiciais, observados os limites da indisponibilidade absoluta de determinados direitos, sendo que a eficácia liberatória da quitação — inclusive na hipótese de quitação anual de obrigações trabalhistas prevista no art. 507-B da CLT — restringe-se às parcelas expressamente especificadas no termo.
- (E) A autonomia do Direito do Trabalho é unicamente científica, decorrente da existência de princípios próprios, não se podendo falar em autonomia legislativa ou didática, uma vez que a CLT constitui mera consolidação de leis esparsas, e a disciplina é ministrada, nas faculdades de direito, sempre em conjunto com o Direito Civil.

36. Considerando a disciplina da CLT acerca da duração do trabalho, com as alterações promovidas pela Lei nº 13.467/2017, bem como a jurisprudência consolidada do Tribunal Superior do Trabalho, assinale a alternativa correta.

- (A) O intervalo intrajornada suprimido, ainda que parcialmente, deve ser pago em sua totalidade, com natureza jurídica salarial, gerando reflexos sobre as demais parcelas de natureza remuneratória, nos termos da atual redação da CLT.
- (B) A mera utilização de instrumentos telemáticos ou informatizados fornecidos pela empresa, por si só, não caracteriza o regime de sobreaviso, ausente a restrição da liberdade de locomoção do empregado; configura-se o sobreaviso, contudo, quando o trabalhador, à distância e submetido a controle patronal por tais instrumentos, permanece em regime de plantão ou equivalente, aguardando a qualquer momento o chamado para o serviço durante o período de descanso.
- (C) O regime de compensação de jornada em módulo anual (banco de horas) pode ser instituído por acordo tácito entre empregado e empregador, dispensando-se instrumento coletivo, desde que comprovada a habitualidade da prática entre as partes.
- (D) Nos turnos ininterruptos de revezamento, a jornada é de 6 horas diárias, sendo lícita a fixação de jornada superior mediante mera autorização do empregador, independentemente de negociação coletiva.
- (E) Não concedidas as férias dentro do período concessivo, o empregador sujeita-se ao pagamento em dobro da respectiva remuneração, nos termos do art. 137 da CLT, entendimento aplicável inclusive quando a concessão ocorre a destempo, ainda que dentro do próprio período concessivo.

37. João foi admitido em uma indústria metalúrgica em 01.03.2016. Entre 01.03.2017 e 01.03.2020 (2º ao 4º ano do contrato), a empresa deixou de pagar corretamente as horas extras habitualmente prestadas. Em 01.03.2024, quando contava 8 anos de contrato, João sofreu acidente típico de trabalho em decorrência de falha no maquinário, permanecendo em gozo de auxílio-doença acidentário por 6 meses. Ao retornar ao trabalho, foi readaptado em função compatível com sua limitação. Ainda durante o período de estabilidade acidentária, a empresa deixou de recolher regularmente o FGTS e passou a exigir que João trabalhasse em condições insalubres sem o fornecimento de EPI adequado, apesar de sucessivas reclamações formais. João permaneceu trabalhando normalmente.

Em 01.03.2026, seis meses após o término da estabilidade acidentária e mais de cinco anos após o vencimento das horas extras prestadas entre o 2º e o 4º ano do contrato, ajuizou reclamação trabalhista pleiteando rescisão indireta, pagamento das horas extras e indenização por danos morais decorrentes do acidente de trabalho, sem formular pedido relacionado à estabilidade acidentária.

Considerando a Constituição Federal, a CLT e a jurisprudência consolidada do Tribunal Superior do Trabalho, assinale a alternativa correta.

- (A) João não poderá obter a rescisão indireta, pois o empregado deve afastar-se imediatamente do trabalho após a falta grave patronal, sob pena de caracterização de perdão tácito, conforme entendimento pacífico do TST.
- (B) As horas extras prestadas entre o 2º e o 4º ano do contrato encontram-se integralmente prescritas, por incidência da prescrição total, contada do início do inadimplemento contratual.
- (C) As horas extras prestadas entre o 2º e o 4º ano do contrato encontram-se alcançadas pela prescrição quinquenal prevista na Constituição Federal; contudo, isso não impede o reconhecimento da rescisão indireta, pois o TST não exige o afastamento imediato do empregado para sua configuração.
- (D) A prescrição das parcelas trabalhistas somente começa a correr após a extinção do contrato de trabalho, razão pela qual nenhuma parcela pode ser atingida pela prescrição durante a vigência do vínculo empregatício.
- (E) O pedido de indenização por danos morais decorrentes do acidente do trabalho sujeita-se ao prazo prescricional de dois anos, contado da data do acidente, independentemente da ciência da extensão do dano.

38. Marcos ajuizou reclamação trabalhista em face da empresa Beta Ltda. Na audiência una, a reclamada não compareceu — o preposto não esteve presente —, mas seu advogado, munido de procuração com poderes para transigir, compareceu e apresentou contestação escrita acompanhada de documentos. O reclamante requereu, tempestivamente, o depoimento pessoal do preposto da reclamada para prova de fato controvertido essencial ao deslinde da causa, tendo a parte sido regularmente intimada com a cominação legal.

À luz da CLT (com as alterações da Lei nº 13.467/2017) e da jurisprudência sumulada do TST, assinale a alternativa correta.

- (A) A ausência do preposto impede a aceitação da contestação e dos documentos apresentados pelo advogado, pois a revelia opera de forma automática e objetiva pela falta da parte, independentemente da presença do patrono na audiência.
- (B) A presença do advogado com poderes para transigir afasta integralmente os efeitos da revelia, inclusive a confissão ficta quanto aos fatos que seriam objeto do depoimento pessoal requerido, em razão do princípio da ampla defesa.
- (C) Ainda que ausente o preposto, a contestação e os documentos apresentados pelo advogado devem ser aceitos, nos termos do art. 844, § 5º, da CLT; entretanto, a ausência da parte para prestar depoimento pessoal, quando regularmente requerido e intimada com a cominação legal, pode gerar confissão ficta quanto à matéria fática correlata, nos termos da Súmula 74 do TST, sem prejuízo da validade da defesa escrita já admitida nos autos.
- (D) A ausência do preposto, ainda que presente o advogado, converte automaticamente a contestação em mera peça informativa, sem efeito jurídico de resistência à pretensão, cabendo ao juiz decretar de ofício o arquivamento do processo.
- (E) Por se tratar de matéria de ordem pública, o não comparecimento do preposto obriga o juiz a declarar a revelia e a confissão quanto toda a matéria de fato, restando prejudicada a análise da contestação apresentada pelo advogado presente.

39. Marina ajuizou reclamação trabalhista postulando horas extras, adicional de insalubridade e reintegração ao emprego, sob alegação de dispensa discriminatória. Na instrução, o Juízo admitiu, sem prévia oitiva das partes deste processo, prova emprestada consistente no depoimento de testemunha colhido em reclamação trabalhista diversa, ajuizada por outro empregado contra a mesma reclamada, utilizando-o como fundamento principal para a condenação em horas extras.

A sentença, líquida, julgou parcialmente procedentes os pedidos, condenando a reclamada ao pagamento de horas extras e adicional de insalubridade, e julgando improcedente o pedido de reintegração. Houve omissão da sentença quanto aos honorários de sucumbência. A reclamada opôs embargos de declaração apontando a omissão e, cumulativamente, alegando erro material na base de cálculo das horas extras, com pedido de adequação do valor da condenação. O Juízo acolheu os embargos, suprimindo a omissão relativa aos honorários e, sem prévia intimação da reclamante para se manifestar, reduziu o valor da condenação em horas extras.

Irresignada, Marina interpôs recurso ordinário ao TRT, arguindo a nulidade da decisão proferida nos embargos de declaração, em razão da ausência de prévia manifestação acerca do efeito modificativo, e pugnando pela reforma da sentença quanto ao pedido de reintegração, sem impugnar a condenação ao pagamento do adicional de insalubridade.

O TRT, por maioria de votos, negou provimento ao recurso quanto à nulidade e ao pedido de reintegração, mas, de ofício, reconheceu a prescrição parcial da pretensão relativa às horas extras, embora a matéria não tivesse sido arguida pela reclamada em nenhum momento do processo.

Diante desse cenário, e considerando a via recursal cabível contra o acórdão do TRT proferido em recurso ordinário, assinale a alternativa correta.

- (A) Por se tratar de decisão não unânime, cabem embargos infringentes ao próprio TRT, pois a divergência entre julgadores autoriza esse recurso em qualquer julgamento colegiado trabalhista, independentemente da competência do órgão prolator.
- (B) Contra o acórdão do TRT, cabe agravo de petição ao TST, por ser esse o recurso próprio sempre que se pretenda revisar decisão colegiada de mérito proferida pelos Tribunais Regionais do Trabalho.
- (C) A prova emprestada, uma vez validamente produzida no processo originário, ingressa nos autos com plena eficácia probatória, sendo irrelevante a ausência de contraditório das partes quanto a essa prova.
- (D) A decisão dos embargos de declaração é nula por reduzir a condenação sem prévia intimação da reclamante, diante do efeito modificativo; contra o acórdão do TRT é cabível recurso de revista ao TST, sendo admissível recurso adesivo da reclamante quanto ao pedido de reintegração, caso a reclamada também interponha recurso de revista.
- (E) O reconhecimento, de ofício, da prescrição parcial pelo TRT é válido, por se tratar de matéria de ordem pública cognoscível a qualquer tempo e grau de jurisdição, ainda que não tenha sido suscitada pela parte interessada.

40. Em relação à liquidação de sentença, à execução no processo do trabalho e aos incidentes e embargos a ela relacionados, assinale a alternativa correta.

- (A) A impugnação da parte à sentença de liquidação por cálculos constitui ação autônoma, distribuída por dependência, a ser oferecida no prazo de 15 dias, por aplicação subsidiária do art. 525 do CPC, ante a suposta omissão da CLT sobre o tema, sendo processada em autos apartados até decisão final.
- (B) Garantida a execução, é lícito ao executado arguir em embargos qualquer matéria de defesa, inclusive questões de mérito não apreciadas na fase de conhecimento, dada a natureza cognitiva incidental que a jurisprudência atribui a esse instrumento no processo do trabalho.
- (C) O incidente de desconconsideração da personalidade jurídica, na fase de conhecimento, não desafia recurso imediato, cabendo à parte suscitar a matéria em preliminar de recurso ordinário; já na fase de execução, é cabível agravo de petição contra a decisão que o resolve, independentemente de garantia do juízo.
- (D) Os embargos de terceiro destinam-se exclusivamente à defesa da posse de bem imóvel penhorado, sendo incompetente para julgá-los o juízo que determinou a constrição, por se cuidar de ação autônoma sujeita a distribuição livre e independente.
- (E) Ainda hoje subsiste no processo do trabalho a figura autônoma dos embargos à arrematação, distintos dos embargos à adjudicação, sendo vedado à parte prejudicada arguir vícios da alienação por simples petição nos próprios autos, mesmo após o CPC/2015.

